

# Dívida atinge R\$ 529,6 bilhões

A dívida pública teve um acréscimo de R\$ 6,4 bilhões no mês de fevereiro, atingindo a marca recorde de R\$ 529,6 bilhões. Essa elevação foi sustentada, principalmente, pela emissão de R\$ 4,1 bilhões em títulos públicos para pagar juros aos investidores. Outra parte do aumento decorreu do provisionamento, como crédito de difícil recebimento, de mais de R\$ 2 bilhões em empréstimos concedidos pelo Banco Central a instituições financeiras, inclusive por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer).

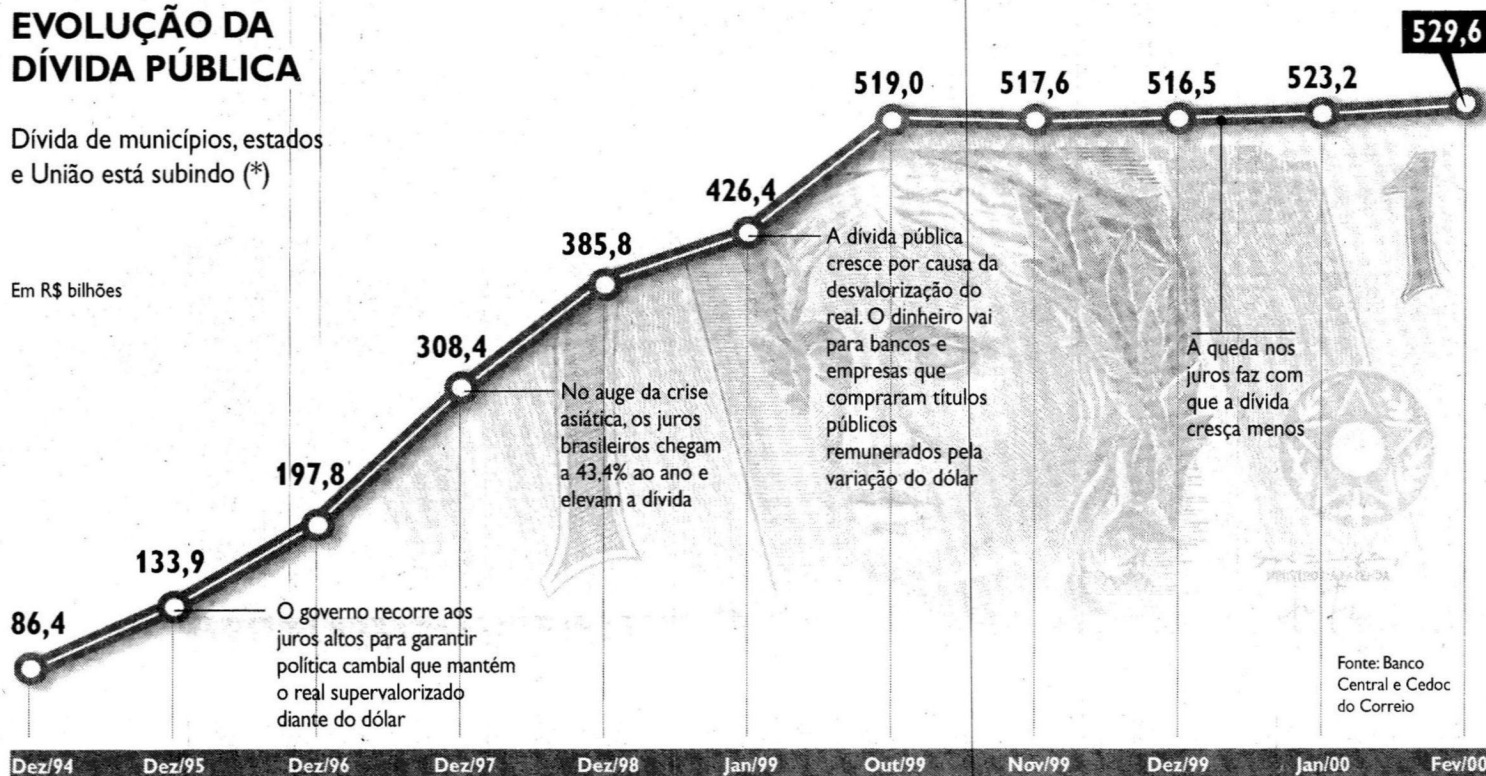
Esse crescimento da dívida, no entanto, não assustou o chefe do Departamento Econômico do BC (Depec), Altamir Lopes. Segundo ele, o que importa, ao se falar em endividamento público, é a sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB), que está em 47,5%, acima dos 47,2% de janeiro, mas bem abaixo do limite máximo de 52,5% do PIB (R\$ 562,762 bilhões) combinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Estamos firmes na nossa meta de reduzir para 46,5% a proporção da dívida com o PIB até o fim do ano que vem", disse Lopes. "O que se viu em fevereiro, além dos gastos maiores com juros, foi a incorporação de esqueletos (como o Proer) no consolidado da dívida", afirmou.

Segundo o economista do

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Dívida de municípios, estados e União está subindo (\*)

Em R\$ bilhões



BC, apenas em fevereiro o governo gastou R\$ 7 bilhões para financiar a dívida pública. Ele ressaltou que, caso sejam mantidos os atuais níveis de taxas de juros e de cotações do dólar até o fim de 2000, é possível imaginar hoje que os custos com a dívida fecharão o ano próximo de R\$ 84 bilhões. "Se permanecer o cenário atual, acreditamos que a média mensal de gastos com juros será ficará próxima de R\$ 7 bilhões",

destacou. No ano passado, o governo gastou quase R\$ 130 bilhões em juros dos títulos públicos.

### CORREÇÃO DO FGTS

A dívida pública poderá aumentar ainda mais nos próximos meses, disse Lopes, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida aprovar a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos diversos planos econômicos que tunga-

ram os ganhos dos trabalhadores. Ele destacou, entretanto, que não há nenhum número fechado no governo sobre esse impacto. A seu ver, o que se pode dizer neste momento é que o governo terá de gerar superávits primários (receitas maiores do que despesas, sem levar em conta os gastos com juros) cada vez maiores para manter as contas públicas sob controle.

Do total da dívida pública do setor público, R\$ 438 bilhões

estão em poder do mercado financeiro, deixando claro que os bancos são os maiores beneficiados pela política de juros altos. "Está cada vez mais fácil entender por que o sistema financeiro, sobretudo o privado, prefere financiar o governo do que exercer sua atividade principal, que é emprestar para o setor produtivo. Nas operações com títulos públicos, o ganho é elevado e sem riscos", analisou um especialista. (VN)